


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)
BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
			(reapresentado)				(reapresentado)
Ativo				Passivo			
Circulante	691.848	582.296		Circulante	660.727	553.802	
Disponibilidades	3	6	9	Relações interfinanceiras	10	636.634	527.143
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	148.479	101.422	Outras obrigações	11	24.093	26.659
Títulos e valores mobiliários	5	537.530	474.811	Não circulante		2.847	1.519
Relações interfinanceiras		3	5	Outras obrigações	11	2.847	1.519
Outros créditos	6	4.144	5.188	Patrimônio líquido	12	55.121	49.007
Outros valores e bens		1.686	861	Capital social		37.308	37.308
Não circulante		26.847	22.032	Reserva de sobras		13.343	8.248
Outros créditos	6	159	105	Sobras acumuladas		4.470	3.451
Investimentos	7	5	5	Total do passivo e patrimônio líquido		718.695	604.328
Imobilizado de uso	8	10.098	6.153				
Intangível	9	16.585	15.765				
Total do ativo		718.695	604.328				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred Ltda. - UNICRED DO BRASIL ("UNICRED DO BRASIL" ou "Confederação"), foi constituída por cooperativas Centrais e Integrantes do Sistema Unicred em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicação no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e Estatuto Social. Tem sede, administração e foro na cidade de São Paulo/SP, com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar, coordenar, organizar e executar as atividades das filiadas, nos casos em que o vultoso dos empreendimentos transcender o âmbito de sua capacidade ou convivência de atuação das suas associadas. O resumo da estrutura e gerenciamento dos riscos está descrito na nota 21.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Confederação e foram por ela aprovadas em 20 de agosto de 2018. **Reapresentação de informações comparativas:** Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2017 estão sendo reapresentados, de acordo com o previsto no CPC23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação dos gastos relacionados ao projeto de TI no grupo de contas de Outros créditos, classificado no ativo circulante do balanço patrimonial e a respectiva obrigação, custeada pelo Fundo Garantidor, registrada no grupo de contas de Outras Obrigações, classificado no passivo circulante do balanço patrimonial. Estes saldos estão sendo reapresentados em função da baixa contábil destes montantes, procedidas após a conclusão de estudo técnico sobre tais projetos que concluíram que não apresentam as características necessárias para seu reconhecimento como ativo. Os impactos estão apresentados no quadro abaixo:

	Valor original	Ajuste	Valor reapresentado
Nota 6 - Outros Créditos			
Outros créditos (ativo circulante)	31.515	(26.327)	5.188
Nota 11 - Outras obrigações			
Outras obrigações (passivo circulante)	52.986	26.327	26.659

b) **Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos semestres apresentados. b.1) **Auração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. b.2) **Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis, críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. b.3) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários livres. b.4) **Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras - ativo:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los para negociação, sendo atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, e ajustados aos respectivos valores de mercado. As aplicações em cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA, e as aplicações em letras financeiras são avaliadas com base nos spreads a data emissão. Estes spreads são avaliados com base nas taxas médias negociadas no dia, conforme aplicável. b.5) **Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontânea da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos. b.6) **Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas. b.7) **Imobilizado de Uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. b.8) **Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos em softwares, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. b.9) **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado, intangível e outros ativos sujeitos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment). b.10) **Relações interfinanceiras - passivo:** Representam o montante dos recursos das cooperativas centrais associadas centralizadas pela Confederação, e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. b.11) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. b.12) **Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. b.13) **Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão ou divulgação. b.14) **Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. b.15) **Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 03 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o intuito de demonstrar maior transparência nas operações e uma melhor gestão dos recursos financeiros a Confederação optou pelo método indireto. Este método se baseia pelas sobras ou perdas do semestre que é ajustado pelos itens econômicos, (depreciação/amortização) e pelas variações nas contas patrimoniais. b.16) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com a legislação tributária, e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para contribuição social - 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associados é isenta de tributação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2018	2017
Disponibilidades	6	9
Caixa e depósitos bancários	6	9

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	34.995
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	108.480	46.429
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	39.999	19.998
	148.479	101.422

As Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Notas do Tesouro Nacional (NTN) estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e são lastro de operações comprometidas, podendo ser negociadas a qualquer momento. As operações comprometidas (Selic Over) são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. No primeiro semestre de 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez foram remuneradas à taxa média de 100% do CDI no montante de R\$ 2.463 (R\$ 5.725 em 2017).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) **Composição por tipo de aplicação:**

Descrição	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	346.632	326.940
Letra Financeira - Privado	8.411	7.804
Cotas de fundos de Investimento	182.487	140.067
	537.530	474.811

	Nota	2018	2017
			(reapresentado)
Passivo			
Circulante			
Relações interfinanceiras	10	636.634	527.143
Outras obrigações	11	24.093	26.659
Não circulante		2.847	1.519
Outras obrigações	11	2.847	1.519
Patrimônio líquido	12	55.121	49.007
Capital social		37.308	37.308
Reserva de sobras		13.343	8.248
Sobras acumuladas		4.470	3.451
Total do passivo e patrimônio líquido		718.695	604.328

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas na categoria "Mantidos para negociação". As cotas de fundos de investimentos referem-se aos fundos, BB FIF RCF Crédito Privado Sistema Unicred e BB FICFI Curto Prazo Corporativo 600 MIL, administrados por uma instituição financeira de primeira linha. De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. No primeiro semestre de 2018, os títulos e valores mobiliários foram remunerados à taxa média de 100% do CDI no montante de R\$ 16.118 (R\$ 25.017 em 2017).

6. OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Descrição		
Rendas a receber	107	665
Adiantamentos diversos	814	876
Devedores por depósito em garantia	159	109
Impostos e contribuições a recuperar	1.456	1.478
Pagamento a ressarcir	1.175	-
Devedores diversos pais	592	2.169
	4.144	5.188

7. INVESTIMENTOS

Descrição	2018	2017
Participação coligadas e controladas	5	5
	5	5

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos, nos semestres de junho de 2018 e 2017:

	Unicred	Corretora	CNAC	Confederação
	de Seguros			de Auditoria
	1,52%	0%		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5	15	20	
Aumento de investimento	-	-	-	-
Baixa de investimentos	-	(15)	(15)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	5	5	5	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5	5	5	-
Aumento de investimentos	-	-	-	-
Baixa de investimentos	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	5	5	5	-

8. IMOBILIZADO DE USO

a) **Composição do imobilizado:**

	Taxa anual de depreciação	2018	2017
Descrição			
Imobilizações em curso	0%	4.402	4.402
Instalações	10%	93	20
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.267	1.089
Sistema de comunicação	10%	89	59
Sistema de processamento de dados	20%	11.587	4.534
Sistema de segurança	20%	3	3
		19.441	10.098

b) **Movimentação do Imobilizado**

Descrição	Saldo inicial	Adição	Baixa	Saldo final
Imobilizações em curso - imóveis	1.480	2.922	-	4.402
Instalações	81	12	-	93
Móveis e equipamentos de uso	3.206	61	-	3.267
Sistema de comunicação	88	1	-	89
Sistema de processamento de dados	11.163	424	-	11.587
Sistema de segurança	3	-	-	3
	16.021	3.420	-	19.441

c) **Depreciação**

Descrição	2018	2017
Instalações	(71)	(2)
Móveis e equipamentos de uso	(2.017)	(161)
Sistema de comunicação	(34)	(5)
Sistema de processamento de dados	(6.223)	(830)
	(8.345)	(998)
Saldo líquido	7.676	2.422

9. INTANGÍVEL

a) **Composição do intangível:**

	Taxa anual de amortização	2018	2017
Descrição			
Outros ativos intangíveis	20%	54.652	15.765
		54.652	15.765

b) **Movimentação do intangível:**

Descrição	Saldo inicial	Adição	Baixa	Transf. ferência	Saldo final
Softwares	1.852	-	-	-	1.852
Marcas e patentes	17	-	-	-	17
Outros ativos intangíveis	30.587	-	-	-	30.587
Licença de uso	26.568	1.769	-	-	28.337
Provisão por desvalorização	(6.141)	-	-	-	(6.141)
	52.986	1.769	-	-	54.652

10. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - PASSIVO

a) **Composição do saldo:**

Descrição	2018	2017
Obrigações junto part. de sistemas de liquidação	-	38
Centralização financeira	636.634	527.143
	636.634	527.143

As centralizações financeiras, referem-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). No primeiro semestre de 2018, os depósitos foram remunerados à taxa média de 100% do CDI no montante de R\$ 17.173 (R\$ 28.566 em 2017), na demonstração do resultado é classificado como "Dispêndios da intermediação interfinanceira". Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGC/Coop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGC/Coop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - Proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - Contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - Contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN 4.284/2013.

b) **Concentração das relações interfinanceiras:**

	2018	2017		
Descrição	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	217.501	34%	192.565	37%
Demais depositantes	419.133	66%	334.540	63%
	636.634	100%	527.105	100%

A Administração da Confederação avalia periodicamente a carteira de relações interfinanceiras e conclui que não há risco de concentração.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2018	2017
Descrição		
Sociais e estatutárias	4.061	8.831
Cotas de capital a pagar	2.918	8.753
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	1.143	78
Fiscais e previdenciárias	1.334	1.375
Impostos e contribuições a recolher	1.334	1.375
Diversas	18.698	15.549
Provisão para pagamentos a efetuar	6.073	4.966
Provisão para passivos contingentes	2.847	1.519
Provisão fianças bancárias	35	2
Cretores diversos no país	4.264	3.741
Instrumento de dívida elegível	8.326	7.744
	24.093	26.690

A Administração da Confederação avalia periodicamente a carteira de relações interfinanceiras e conclui que não há risco de concentração.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES OU PERDAS

	Nota	2018	2017
			(reapresentado)
Ingressos da intermediação financeira		18.581	30.742
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	2.463	5.725
Títulos e valores mobiliários	5	16.118	25.017
Dispêndios da intermediação financeira	(17.205)	(28.568)	(28.568)
Operações de captação no mercado	10	(17.173)	(28.568)
Provisão carta fiança		(32)	(2)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.376	2.174
Outros ingressos/(dispêndios) operacionais		1.550	1.839
Ingressos de prestação de serviços	13	2.433	5.912
Dispêndios de pessoal	14	(22.598)	(20.218)
Outros dispêndios administrativos	15	(15.003)	(13.599)
Dispêndios tributários		(50)	(112)
Outros ingressos operacionais	16	38.578	31.250
Outros dispêndios operacionais	17	(1.813)	(1.396)
Resultado operacional		2.926	4.013
Resultado não operacional		13	2
Resultado antes da tributação		2.939	4.015